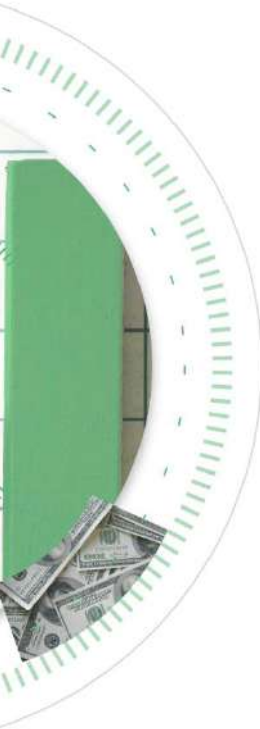


Termômetro do Crédito

Ano 11 | Número 120 | Dezembro de 2023





Reagindo às diretrizes da política monetária do Banco Central (BC), houve em 2023 uma significativa desaceleração no crescimento do crédito. O avanço dentro do sistema financeiro nacional (SFN) recuou de 14,5% a.a. em dez/22 para 7,9% a.a. e o aumento das concessões acumuladas em 12 meses (12m) saiu de uma taxa de 20,7% a.a. para 4,7% a.a. em dezembro.

Porém, o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) assinalou que embora as condições monetárias se mantenham restritivas, com o início do ciclo de afrouxamento monetário, já são observados sinais incipientes de recuperação. Já é constatada uma aceleração na concessão de crédito em algumas modalidades, como por exemplo a antecipação de faturas de cartão para pessoas jurídicas (PJ) e o financiamento de veículos para pessoas físicas (PF). Apontou, ainda, a redução das taxas de juros nos novos empréstimos de 30,1% a.a. em dez/22 para 28,4% a.a., ante uma redução da Selic de -2,0 p.p. no mesmo período. Por fim, também destacou um maior dinamismo no mercado de capitais, como indicou as operações com títulos securitizados que saíram de uma taxa de crescimento de 20,8% a.a. em set/23 para 28,6% a.a. em dezembro.

Para o Comef, as carteiras de crédito das instituições financeiras (IFs) mantêm um retorno positivo e o SFN está preparado para enfrentar a materialização de riscos. Pelo fato de que o estoque das operações foi constituído em um ambiente com taxas de juros mais altas, o Indicador do Custo de Crédito (ICC) com RL elevou-se em 0,4 p.p. em 2023, finalizando o ano em 31,0% a.a.. Assim, o spread médio neste conceito subiu 0,3 p.p. no mesmo período para 21,6 p.p..

O risco de crédito continua elevado nas operações com micro, pequenas e médias empresas (MPMe), com a taxa de inadimplência fechando em 4,1% e um aumento de 0,9 p.p. no ano. Mesmo com uma elevação de 0,6 p.p. em 2023 para 0,7%, após a dissipação do impacto de uma grande ocorrência no início do ano, a trajetória do indicador para as grandes empresas (Ge) já apresenta uma inflexão. No segmento para PF, a tendência é favorável em algumas linhas de maior risco, com a queda anual de -1,6 p.p. nas operações de crédito não consignado, de -0,7 p.p. nas de composição de dívidas e estabilidade nas de cheque especial. As exceções ficaram com os aumentos de 8,8 p.p. no crédito rotativo e de 2,2 p.p. no parcelado. Ademais, o Comef julga que as provisões para perdas de crédito e os níveis de liquidez e de capital das IFs se mantêm adequados.

Com queda na margem, o nível de provisões apresentou baixa variação. No encerramento de 2023, os números eram de 7,2% para as IFs privadas nacionais (7,1% em dez/22), de 5,9% para as estrangeiras (6,0% em dez/22) e de 5,1% para as públicas (5,4% em dez/22). Diante dos riscos relacionados à atividade econômica e ao endividamento das famílias e das empresas de menor porte, o Comef apregoa que as IFs prossigam preservando a qualidade das concessões. Neste cenário, no aguardo de maiores evidências de uma efetiva melhora em sua dinâmica, a Assessoria Econômica da ABBC ainda espera que o avanço do crédito acomode-se no mesmo patamar verificado em 2023.

Projeções – ABBC

		Projeção
SFN	2023	2024
Total	7,9%	8,4%
Pessoa Física	10,1%	9,0%
Pessoa Jurídica	4,5%	7,4%
Recursos Livres	5,2%	8,1%
Pessoa Física	7,9%	9,0%
Pessoa Jurídica	1,9%	7,0%
Recursos Direcionados	11,8%	8,7%
Pessoa Física	13,0%	9,0%
Pessoa Jurídica	9,6%	8,0%

Alcançando R\$ 15.593 bilhões e representando 143,4% do PIB em dezembro (148,3% em dez/22), a expansão do saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro (CASNF) reduziu-se de 9,9% a.a. em 2022 para 4,3% a.a. no fechamento de 2023.

Por categorias, as taxas de crescimento em dezembro eram de 7,8% a.a. para o total de empréstimos (14,6% a.a. em dez/22), de 3,0% a.a. para títulos de dívida (12,4% a.a. em dez/22) e de -0,1 % a.a. para a dívida externa (-3,8% a.a. em dez/22).

As principais contribuições por modalidade em 2023 foram de 2,72 p.p. para empréstimos do SFN, 1,08 p.p. para títulos securitizados e 0,85 p.p. de títulos privados (debêntures e notas comerciais). Como destaque, no 4T23 houve uma aceleração do ritmo de avanço do estoque de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e do agronegócio (CRAs) que saíram de 20,8% a.a. em set/23 para 28,6% a.a..

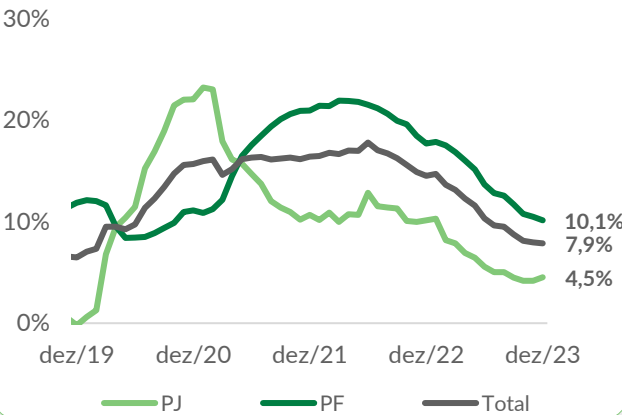
Em dezembro, o montante da carteira de crédito do SFN era de R\$ 5.782,5 bilhões, alcançando 53,2% do PIB. Após uma elevação de 14,5% a.a. em dez/22, o crescimento das operações foi de 7,9% a.a. em 2023, apresentando no 4T23 uma moderação na desaceleração. Refletindo o ciclo da política monetária, a perda de dinamismo foi mais intensa nas modalidades com recursos livres (RL), que saíram de 14,9% a.a. para 5,2% a.a.. Por sua vez, com o aumento da participação do BNDES e dos programas governamentais, a evolução do saldo dos empréstimos com recursos direcionados (RD) foi menos desfavorável, fechando 2023 com uma alta de 11,8% a.a. ante 14,0% a.a. em dez/22.

Por tipo de tomador, os crescimentos ao final de 2023 eram de 4,5% a.a. para PJ (10,1% a.a. em dez/22) e de 10,1% a.a. para PF (17,7% a.a. em dez/22). Com RL, as taxas eram de 1,9% a.a. para PJ (11,9% a.a. em dez/22) e 7,9% a.a. para PF (17,5% a.a. em dez/22). Já com RD, o saldo avançava em 9,6% a.a. para PJ (6,9% a.a. em dez/22) e 13,0% a.a. para PF (18,0% a.a.).

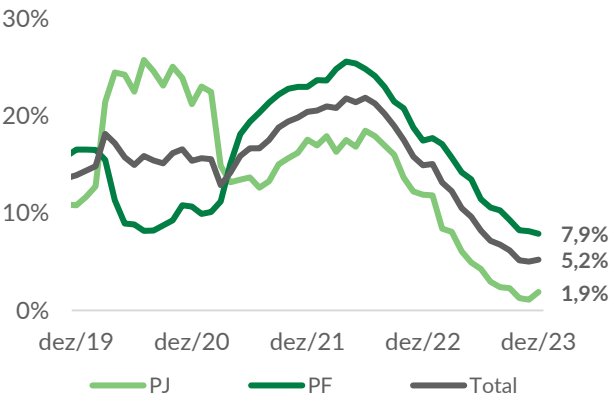
Crédito Ampliado ao Setor não Financeiro

dez/23	Participação	a.a.
Empréstimos e financiamentos	38,9%	7,8%
SFN	36,6%	7,7%
Outras sociedades e financeiras	1,1%	13,1%
Fundos governamentais	1,2%	8,4%
Títulos de Dívida	43,7%	3,0%
Públicos	32,8%	-1,7%
Privados	6,3%	15,0%
Securitizados	4,7%	28,6%
Dívida Externa	17,4%	-0,1%
Empréstimos	11,9%	-3,2%
Títulos emitidos no mercado externo	1,7%	-2,6%
Títulos emitidos no mercado interno	3,8%	12,1%
Total		4,3%

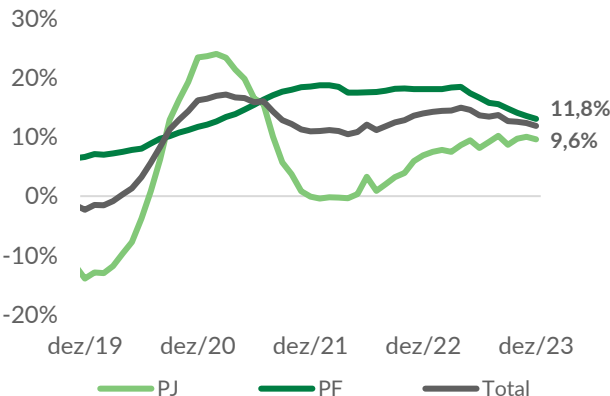
SFN Total - Variação Anual



Recursos Livres - Variação Anual



Recursos Direcionados - Variação Anual



Como contrapartida da política monetária em terreno restritivo, o ritmo de crescimento dos novos empréstimos perdeu muita força em 2023. A variação das concessões dessazonalizadas acumuladas reduziu-se de 4,4% no 3T23 para 2,6% no 4T23. Entretanto, as modalidades com RL apresentaram uma ligeira aceleração saindo de 3,0% para 3,2%, constituindo um indício de que a flexibilização monetária esteja começando a produzir efeitos. O arrefecimento no crescimento trimestral adveio da dissipação dos impactos das operações com o BNDES e outros créditos (que incluem os programas governamentais) que diminuíram o avanço das modalidades com RD de 12,1% para 1,4%.

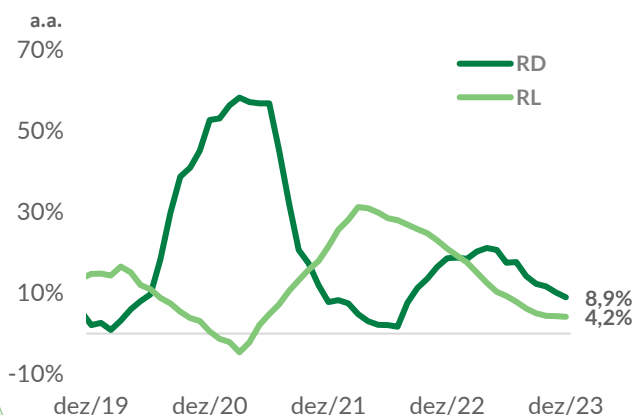
Com alguma acomodação nos últimos meses, a expansão das concessões totais acumuladas em 12 meses (12m) fechou 2023 em 4,7% a.a. ante 20,7% a.a. em dez/22. A desaceleração do indicador para PJ foi de 21,8% a.a. em dez/22 para a estabilidade em dezembro. Para PF, a redução foi de 19,7% a.a. para 8,7% a.a.. Com RL, o indicador passou de 20,9% a.a. para 4,2% a.a., com as modalidades para PJ variando de 20,8% a.a. para -1,4% a.a. e as para PF de 21,0% a.a. para 9,2% a.a.. A taxa de expansão nos empréstimos com RD, passou de 18,5% a.a. para 8,9% a.a., com as modalidades para PJ variando de 35,3% a.a. para 16,9% a.a. e de 12,4% a.a. para 5,3% a.a. para PF.

Pela materialização de ocorrências nas operações de risco sacado, a taxa das concessões acumuladas em 12m no desconto de duplicatas saiu de 21,8% a.a. em dez/22 para -10,3% a.a. em dezembro. Ainda nas modalidades PJ com RL, possivelmente com o aprimoramento da performance dos sistemas de registros de garantias regulados pelo BC, a antecipação de recebíveis de faturas de cartão avançou de 12,0% a.a. para 21,1% a.a., com uma recuperação significativa nos últimos meses de 2023. Por fim, sentindo os efeitos do aperto monetário, a modalidade capital de giro passou de um avanço de 26,7% a.a. em dez/22 para uma retração de -10,9% a.a. em dezembro.

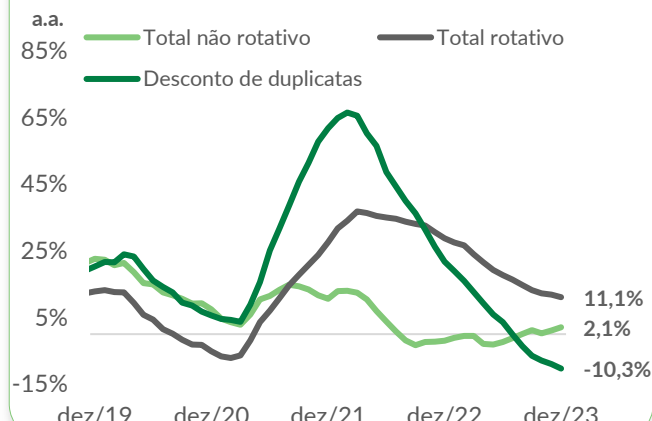
Para PF, as linhas rotativas (cheque especial, cartão de crédito rotativo e à vista) saíram de 28,8% a.a. para 11,1% a.a.. Por sua vez, ao longo do ano, as não rotativas aceleraram de -2,0% a.a. para 2,1% a.a., com o crédito consignado avançando no período de -13,9% a.a. para -3,7% a.a. e o financiamento da aquisição de veículos de -3,1% a.a. para 14,3% a.a..

Dentre as concessões com RD para PJ, a rubrica "outros", que engloba os programas de governo, reduziu aumentou a sua taxa de expansão de 31,0% a.a. em dez/22 para 24,7% a.a. e as operações com o BNDES de 81,1% a.a. para 0,7% a.a.. Nos novos empréstimos com PF, a modalidade financiamento imobiliário saiu de -3,1% a.a. para 1,4% a.a..

Concessões Acumuladas em 12M



Concessões Acumuladas em 12M



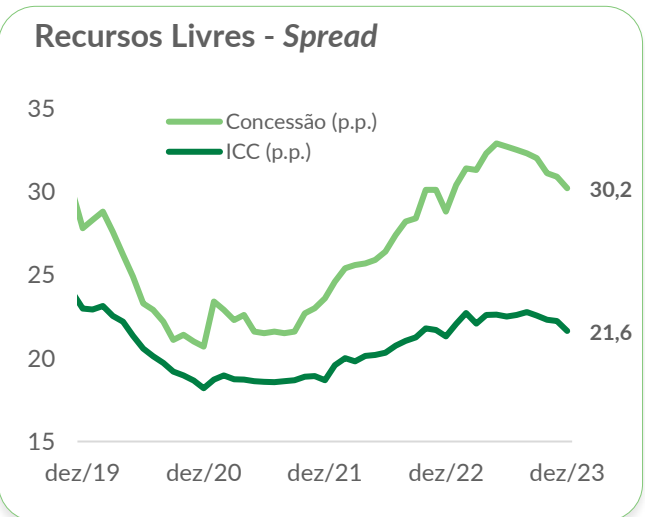
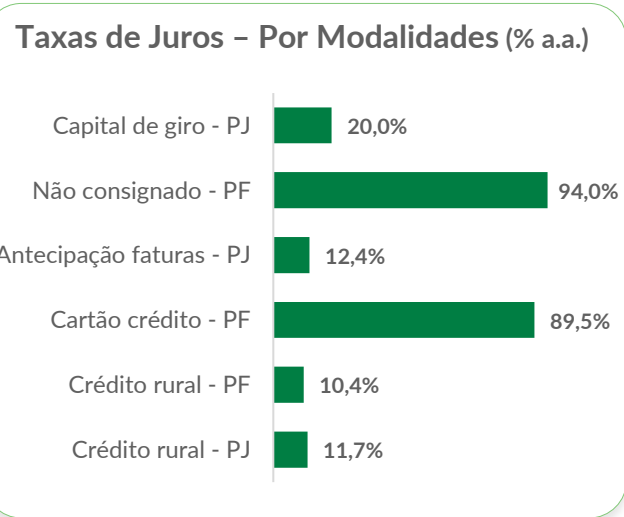
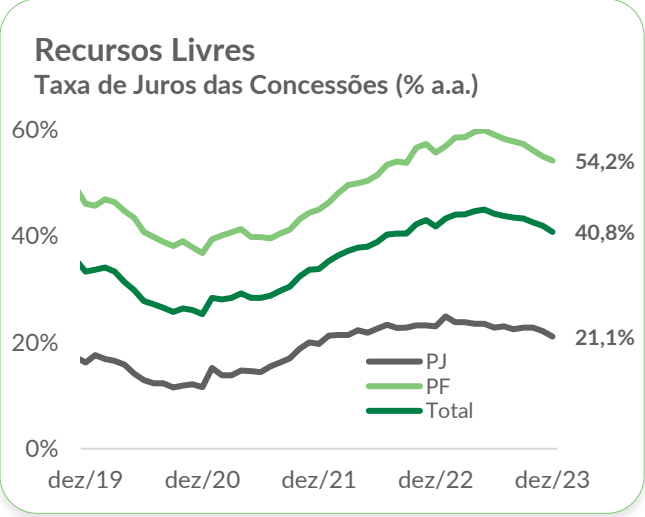
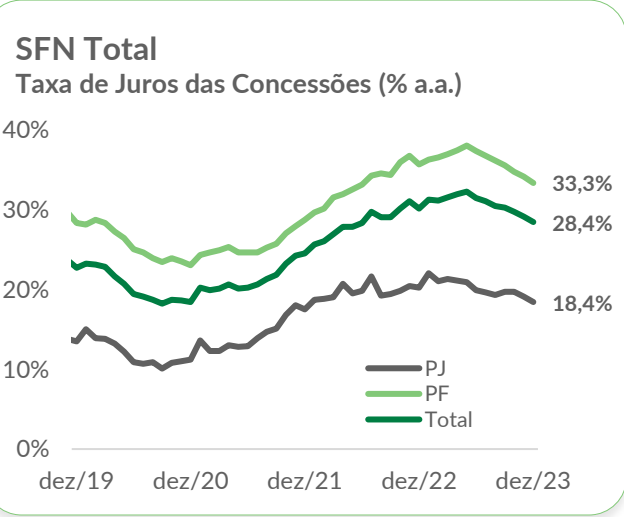
Se o início do ciclo de cortes na taxa Selic ainda tem produzido efeito limitado nas concessões, o seu impacto não tem sido muito diferente nas taxas de aplicação. Respondendo apenas parcialmente ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em ago/23, a taxa média de juros das novas operações do SFN fechou dezembro em 28,4% a.a. ante 30,1% em dez/22, queda inferior à redução da Selic em -2,0 p.p.. No mesmo período, a taxa de juros das concessões para PJ passou de 20,2% a.a. para 18,4% a.a., enquanto para PF a redução foi de 35,6% a.a. para 33,3% a.a...

Após elevar-se até meados do ano, a taxa de juros dos novos empréstimos no segmento com RL, ficou em 40,8% a.a. ante 41,8% a.a. em dez/22, com queda inferior à variação da Selic. Para PJ, o recuo foi de 23,0% a.a. para 21,1% a.a. em dezembro, nas modalidades com PF a taxa saiu de 55,7% a.a. para 54,2% a.a.. Considerando-se jun/23, quando o mercado futuro de juros iniciou a precificação da inflexão da trajetória da Selic, a redução nas taxas de juros novos empréstimos com RL foi de -3,4 p.p., de -1,7 p.p. nos empréstimos às PJ e de -4,9 p.p. às PF.

Em vários cortes, a queda na taxa de juros foi inferior à diminuição média de -2,1 p.p. na taxa de captação. Com isso, o spread médio elevou-se em 2023 em 0,4 p.p. para 19,7 p.p.. No segmento com RL, que responde mais tempestivamente à política monetária e à atividade econômica, este indicador subiu 1,4 p.p. para 30,2%.

fato de que o estoque das operações foi constituído em um ambiente com taxas de juros mais altas, o Indicador do Custo de Crédito (ICC) elevou-se em 0,4 p.p. em 2023, finalizando o ano em 31,0% a.a.. Assim, o spread médio neste conceito subiu 0,3 p.p. no mesmo período para 21,6 p.p..

Por modalidades, a taxa de juros passou de: 81,9% a.a. em dez/22 para 94,0% a.a. em dezembro nas operações de crédito pessoal não consignado; no mesmo período de 93,9% a.a. para 89,5% a.a. nas de cartão de crédito para PF; de 23,2% a.a. para 20,0% a.a. nas de capital de giro; de 19,7% a.a. para 17,7% a.a. nas de desconto de duplicatas e recebíveis; e de 17,1% a.a. para 12,4% a.a. nas antecipações de faturas.



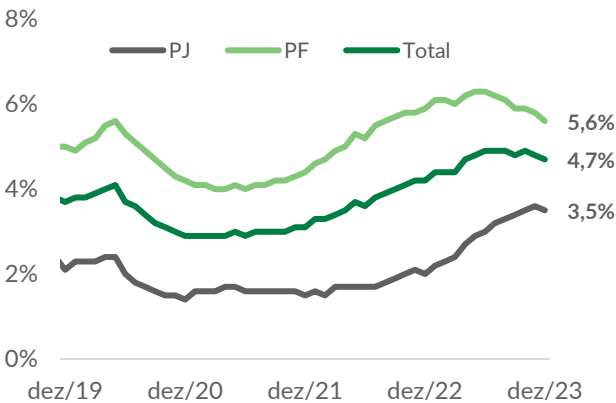
Atingindo o pico de 3,5% em mai/23, a taxa média de inadimplência fechou 2023 em 3,3%, ante 3,0% em dez/22. Com alguma melhora na margem, o indicador para as operações com RL ficou em 4,7% ante 4,2% em dez/22, com alta no período de 1,5 p.p. para 3,5% nas modalidades com PJ e queda de -0,3 p.p. para 5,6% nas com PF.

A direção das variações não foi homogênea na análise por modalidades, com indicador ficando em: 53,9% no cartão de crédito rotativo para PF (+8,8 p.p. em 12m); 13,5% no cheque especial para PF (estabilidade em 12m); 6,2% no crédito pessoal não consignado (-1,6 p.p. em 12m); 15,1% na composição de dívidas (-0,7 p.p. em 12m); 4,8% no capital de giro (+1,7 p.p. em 12m); e 4,7% na rubrica “outros” para PJ (+1,1 p.p. em 12m).

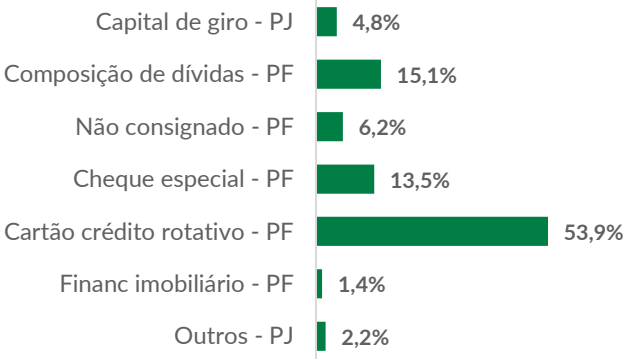
Como um possível indicador antecedente para evolução da inadimplência, a média móvel de 6 meses (MM6) dos atrasos entre 15 e 90 dias nos empréstimos com RL mostra uma tendência confortável. Após alcançar 3,6% em jun/23, o indicador fechou dezembro em 3,3% ante 3,2% em dez/22. A taxa de inadimplência era de 2,1% (2,3% em jun/23 e 1,8% em dez/22) para PJ e de 4,2% (4,5% em jun/23 e 4,3% em dez/22) para PF.

Por fim, com queda na margem, o nível de provisões das IFs privadas nacionais e estrangeiras encerrou 2023, respectivamente, em 7,2% (7,1% em dez/22) e 5,9% (6,0% em dez/22). Já o indicador para as IFs públicas ficou em 5,1% (5,4% em dez/22).

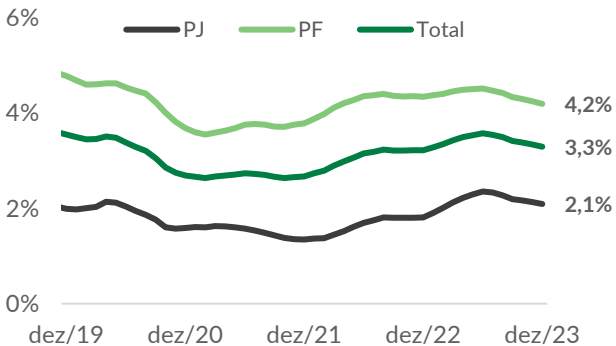
Recursos Livres – Inadimplência



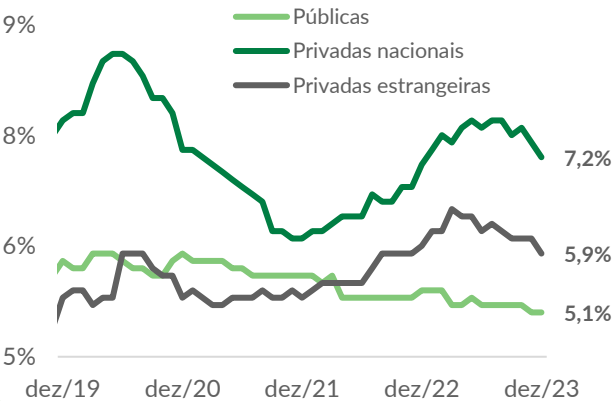
Inadimplência por Modalidades



Recursos Livres – MM6 dos Atrasos
Atrasos entre 15 e 90 dias



Provisões por Controle de Capital

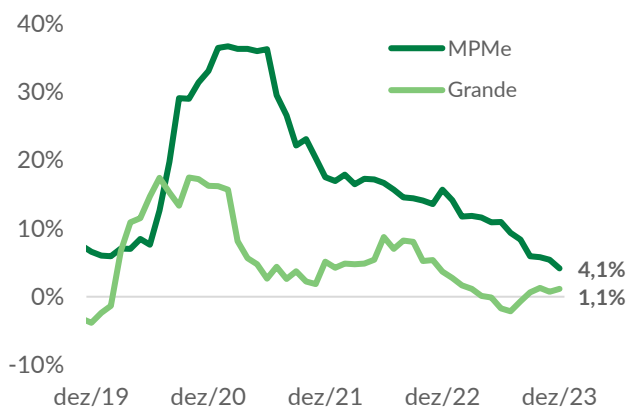


Mesmo com um avanço expressivo na margem, a participação das Ge no portfólio de empréstimos das IFs reduziu-se de 54,0% em dez/22 para 53,3% em dezembro. Com isso, a taxa de expansão do crédito para as Ge que era negativa em boa parte do ano, alcançou 1,1% a.a. no final de 2023, ante 3,7% a.a.. Já o indicador para as MPMe saiu de 15,7% a.a. em dez/22 para 4,1% a.a..

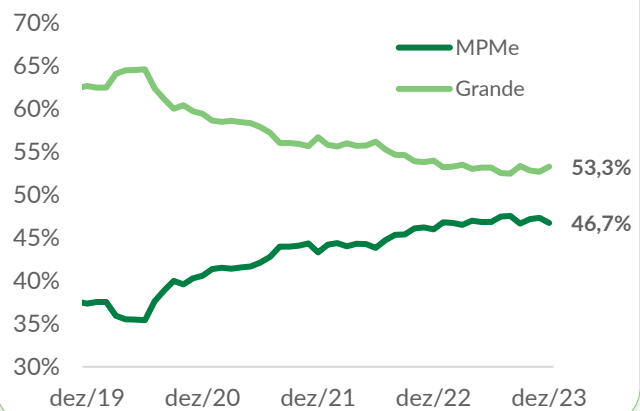
No que tange à qualidade da carteira de crédito, a taxa de inadimplência total esboça nos últimos meses de 2023 uma trajetória de baixa, fechando em 2,3% com uma elevação de 0,8 p.p. no ano. Com estabilidade na margem, o indicador para as operações com MPMe ficou 4,1%, acumulando uma alta de 0,9 p.p. em 2023. Mesmo com queda significativa em dezembro, o indicador para as Ge exibiu uma alta de 0,6 p.p. no ano para 0,7%.

O percentual das operações com as MPMe classificadas nas faixas de risco E, F, G e H, pela Resolução CMN 2.682/99, recuou significativamente em dezembro, porém finalizou o ano com uma elevação de 1,0 p.p. em 8,9%. Também com redução significativa na margem, esta parcela para as Ge diminuiu em -1,2 p.p. em 2023, encerrando o ano em 4,9%.

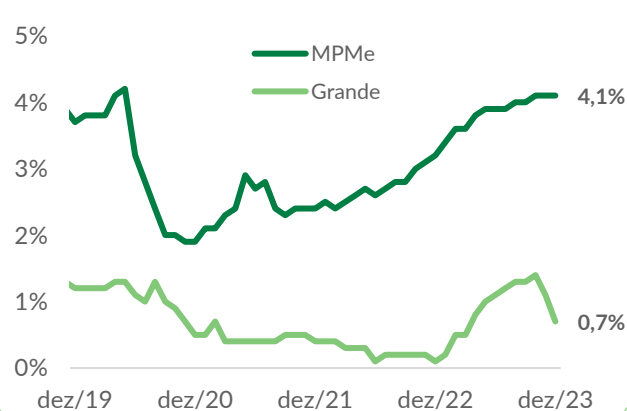
Variação Anual



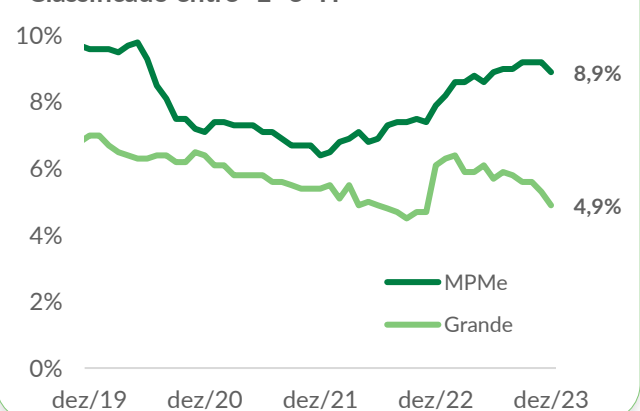
Participação



Inadimplência



Saldo de Maior Risco
Classificado entre "E" e "H"



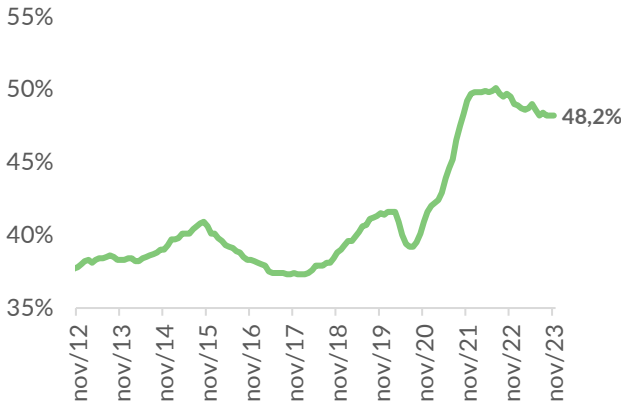
O nível de endividamento das famílias permanece elevado em padrões históricos, porém refletindo a conjunção do aumento da renda e da diminuição da inflação corrente com a desaceleração da demanda por crédito. O índice de endividamento das famílias divulgado pelo BC ficou em 48,2% em novembro, mantendo-se estável na margem, mas acumulando uma redução de -1,3 p.p. em 12m. Também sem alteração em relação a out/23, o endividamento sem o crédito habitacional ficou em 30,2% ante 31,5% em nov/22.

Com relação ao comprometimento total da renda, o percentual registrou quedas de -0,7 p.p. na margem e de -1,2 p.p. em 12m para 26,5% em novembro. A relação do endividamento excetuando-se o crédito habitacional recuou -0,7 p.p. no mês para 24,4% ante 25,7% em nov/22.

Apesar da renda manter ainda uma taxa de expansão relativamente elevada, o seu ritmo de crescimento apresenta desaceleração, com a média móvel trimestral (MM3) da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF) aumentando 10,7% a.a. em novembro ante 20,1% a.a. em nov/22 e a RNDBF acumulada em 12m crescendo 11,8% a.a. ante 15,4% a.a. em nov/22.

*A metodologia baseia-se no conceito de Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF), substituindo a Massa Salarial Ampliada Disponível (MSAD) e incluindo aos rendimentos do trabalho, benefícios previdenciários e dos programas de proteção social do governo os recursos recebidos extraordinariamente pelas famílias, como o saque emergencial do FGTS e o auxílio emergencial. Na avaliação do comprometimento, utiliza no denominador a MM3 do indicador de renda, enquanto no endividamento é aplicada a renda acumulada em 12 meses.

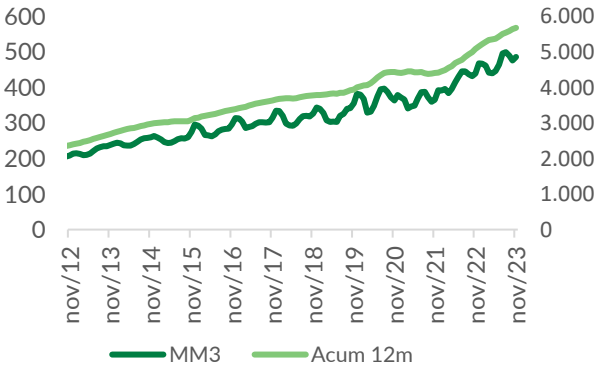
Endividamento Total das Famílias



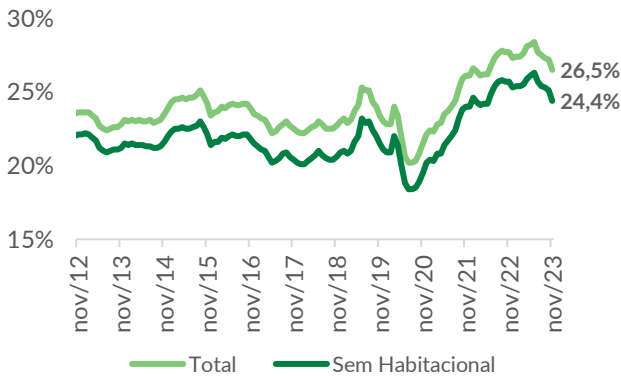
Endividamento Exceto Habitacional



Renda Nacional Disponível Bruta Das famílias - em R\$ bilhões



Comprometimento da Renda Dados dessazonalizados



Dados do Crédito – Dezembro de 2023

				Variações (%)		
Carteira de Crédito (R\$ bi)	dez/23	2022¹	2021¹	mês	trimestre	12 meses
Total	5.783	14,5%	16,4%	1,4%	3,0%	7,9%
Recursos Livres	3.377	14,9%	20,4%	1,8%	2,7%	5,2%
Pessoa Física	1.918	17,5%	23,0%	0,3%	2,5%	7,9%
Pessoa Jurídica	1.458	11,9%	17,5%	3,8%	2,9%	1,9%
Recursos Direcionados	2.406	14,0%	10,9%	0,9%	3,4%	11,8%
Pessoa Física	1.596	18,0%	18,5%	1,1%	3,3%	13,0%
Pessoa Jurídica	809	6,9%	-0,1%	0,5%	3,6%	9,6%
Total PF	3.515	17,7%	21,0%	0,7%	2,9%	10,1%
Total PJ	2.268	10,1%	10,7%	2,6%	3,1%	4,5%

Concessão de Crédito (R\$ bi)*	dez/23	2022¹	2021¹	mês	trimestre	12 meses
Total	596	20,7%	19,8%	7,8%	5,3%	4,7%
Recursos Livres	535	20,9%	21,5%	8,2%	9,4%	4,2%
Pessoa Física	270	21,0%	22,9%	-2,5%	7,1%	9,2%
Pessoa Jurídica	265	20,9%	20,0%	21,7%	12,2%	-1,4%
Recursos Direcionados	61	18,5%	7,7%	4,4%	-18,4%	8,9%
Pessoa Física	39	12,4%	40,7%	-2,3%	-19,5%	5,3%
Pessoa Jurídica	22	35,3%	-34,3%	19,0%	-16,2%	17,0%
Total PF	310	19,7%	25,3%	-2,5%	2,6%	8,7%
Total PJ	287	21,8%	13,8%	21,5%	9,0%	0,0%

				Variações (meses)		
Prazo da Carteira (meses)	dez/23	2022¹	2021¹	mês	trimestre	12 meses
Total	56	55	55	-1	0	1
Recursos Livres	22	21	21	0	0	1
Pessoa Física	28	26	26	0	1	2
Pessoa Jurídica	16	16	17	0	0	0
Recursos Direcionados	94	96	97	0	-1	-2
Pessoa Física	114	115	118	0	1	-1
Pessoa Jurídica	56	61	62	-1	-3	-5
Total PF	74	73	73	0	1	1
Total PJ	31	32	33	-1	-1	-1

¹Variações anuais nos finais de períodos

* Nos dados sobre concessões, as variações são apuradas da seguinte forma:

- no mês: concessões no mês de referência/concessões no mês anterior.
- no trimestre: concessões acumuladas nos últimos três meses/concessões acumuladas nos três meses antecedentes.
- em 12 meses: concessões acumuladas nos últimos 12 meses/concessões acumuladas nos 12 meses antecedentes.

Dados do Crédito – Dezembro de 2023

				Variações (meses)		
Prazo das Concessões (meses)	dez/23	2022 ¹	2021 ¹	mês	trimestre	12 meses
Total	125	123	118	0	2	1
Recursos Livres	46	44	45	-1	1	2
Pessoa Física	61	62	62	0	0	-2
Pessoa Jurídica	30	26	28	-1	2	4
Recursos Direcionados	211	216	206	2	2	-5
Pessoa Física	273	265	265	4	5	8
Pessoa Jurídica	91	124	105	-3	-2	-32
Total PF	174	169	168	3	3	5
Total PJ	54	62	57	-3	1	-8

				Variações (p.p.)		
Taxas de juros (% a.a.)	dez/23	2022 ¹	2021 ¹	mês	trimestre	12 meses
Total	28,4%	30,1%	24,5%	-0,7	-1,8	-1,7
Recursos Livres	40,8%	41,8%	33,8%	-1,1	-2,5	-1,0
Pessoa Física	54,2%	55,7%	45,0%	-0,8	-3,1	-1,5
Pessoa Jurídica	21,1%	23,0%	19,7%	-1,0	-1,7	-1,9
Recursos Direcionados	10,1%	11,6%	9,5%	-0,4	-0,6	-1,5
Pessoa Física	9,7%	11,4%	8,8%	-0,6	-0,8	-1,7
Pessoa Jurídica	11,5%	12,0%	11,4%	0,3	0,1	-0,5
Total PF	33,3%	35,6%	28,7%	-0,8	-2,2	-2,3
Total PJ	18,4%	20,2%	17,5%	-0,7	-1,3	-1,8

Inadimplência (% da carteira)	dez/23	2022 ¹	2021 ¹	mês	trimestre	12 meses
Total	3,3%	3,0%	2,3%	-0,1	-0,1	0,3
Recursos Livres	4,7%	4,2%	3,1%	-0,1	-0,1	0,5
Pessoa Física	5,6%	5,9%	4,4%	-0,2	-0,3	-0,3
Pessoa Jurídica	3,5%	2,0%	1,5%	-0,1	0,1	1,5
Recursos Direcionados	1,3%	1,2%	1,2%	-0,2	-0,2	0,1
Pessoa Física	1,4%	1,3%	1,3%	0,0	-0,1	0,1
Pessoa Jurídica	1,2%	1,0%	1,0%	-0,4	-0,3	0,2
Total PF	3,7%	3,9%	3,0%	-0,1	-0,2	-0,2
Total PJ	2,7%	1,7%	1,3%	-0,2	0,0	1,0

¹Variações anuais nos finais de períodos

²Valores nos finais de período.



Assessoria Econômica



abbc.org.br
assessoriaeconomica@abbc.org.br



Av. Paulista, 1842 -15º andar -Conj. 156
Edifício Cetenco Plaza -Torre Norte –
Cerqueira César São Paulo –SP



Tel: (55) 11 3288-1688